



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://portal.uern.br/>

## EDITAL Nº 45/2025/2026

Processo nº 04410035.003671/2025-75

### PREGÃO 45/2025

<b>Contratante:</b>	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
<b>Código da UASG:</b>	925543
<b>Objeto:</b>	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios e insumos necessários, a serem realizados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú)
<b>Valor da contratação:</b>	R\$ 1.681.528,84 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos)
<b>Data da sessão pública:</b>	25/05/2026
<b>Horário:</b>	08:00 (horário oficial de Brasília)
<b>Local para o envio das propostas e da sessão pública:</b>	Portal de Compras do Governo Federal - <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Critério de Julgamento:</b>	Menor preço global
<b>Modo de Disputa:</b>	Aberto e fechado
<b>Modo de Execução:</b>	Empreitada por preço unitário
<b>Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas:</b>	Sim
<b>Margem de preferência para algum item:</b>	Não
<b>Locais para obtenção do edital:</b>	<a href="#">UERN</a> ; <a href="#">COMPRASNET</a> ; <a href="#">TCE</a>

Torna-se público que a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Rua Quintino Bocaiuva, sn - Ed. Epílogo de Campos, Centro, Mossoró/RN, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, [Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020](#), do Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios e insumos necessários, a serem realizados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em grupo único, formado por 108 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. **Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.**

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4. e 2.8.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.4. e 2.8.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. **O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de

julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.13.1. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **valor unitário e total do item;**
- 5.1.2. **Marca;**
- 5.1.3. **Fabricante;**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, o preço já decorrente da aplicação do desconto

ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico.

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,1% (zero virgula um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance



da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.24.2. empresas brasileiras;
- 6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.8.1. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.9.1. conter vícios insanáveis;
- 7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;
- 7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro/ agente de contratação/ comissão, que comprove:
- 7.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



7.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Caso o Termo de Referência/ Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será

feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **meio digital**.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. ([art. 5º do Decreto Estadual nº 30.753/2021](#)).

8.10. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. ([art. 2º da Lei Estadual nº 10.171/2017](#)).

8.11. Na contratação de serviços, inclusive de engenharia, com valor anual acima de R\$ 330.000,00, será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que contratará pessoas privadas do direito de liberdade ou egressas do sistema prisional. ([art. 2º da Decreto Estadual nº 31.832/2022](#)).

8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7.2. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **sítio eletrônico** <https://sei.rn.gov.br/>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4., 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7., 11.1.8. e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4., 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte meio: contratacoes@uern.br.**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação/comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do



processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.uern.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - **Termo de Referência (ID nº 41180946)**

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - **Estudo Técnico Preliminar (ID nº 40732825)**

13.11.2. ANEXO II - **Minuta de Termo de Contrato (ID nº 40430969)**

13.11.3. ANEXO III - **Minuta de Proposta de Preços (ID nº 39181121)**

13.11.4. ANEXO IV - Termo de Ciência e Concordância.

Mossoró/RN, 08 de maio de 2026.

**Modelo da AGU para Edital Pregão e Concorrência menor preço e maior desconto - Lei nº 14.133, de 2021**

**Atualização: Novembro/2025**



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 08/05/2026, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente(a) da FUERN**, em 08/05/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41203251** e o código CRC **80929DB9**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://portal.uern.br/

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 04410035.003671/2025-75

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios e insumos necessários, a serem realizados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**LOTE ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Assu – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	52	R\$ 81,61	R\$ 4.243,72
2	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Pau dos Ferros – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	132	R\$ 81,61	R\$ 10.772,52
3	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Patu – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	38	R\$ 81,61	R\$ 3.101,18
4	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Mossoró – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	460	R\$ 81,61	R\$ 37.540,60
5	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Natal – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	104	R\$ 81,61	R\$ 8.487,44
6	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Caicó – custos gerais de mão de obra por equipamento	UNIDADE	66	R\$ 81,61	R\$ 5.386,26
7	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 9.000 BTUS ou de menor capacidade – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UNIDADE	278	R\$ 183,63	R\$ 51.049,14
8	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 12.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UNIDADE	656	R\$ 209,42	R\$ 137.379,52
9	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 18.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UNIDADE	1622	R\$ 235,24	R\$ 381.559,28
10	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 24.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UNIDADE	88	R\$ 250,96	R\$ 22.084,48
11	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 30.000 BTUS ou de maior capacidade – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UNIDADE	358	R\$ 245,47	R\$ 87.878,26
12	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	10	R\$ 83,60	R\$ 836,00
13	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento substituição do filtro de ar.	UNIDADE	10	R\$ 44,32	R\$ 443,20
14	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	74	R\$ 183,96	R\$ 13.613,04
15	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UNIDADE	8	R\$ 237,69	R\$ 1.901,52
16	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UNIDADE	74	R\$ 94,59	R\$ 6.999,66
17	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	20	R\$ 573,07	R\$ 11.461,40
18	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	24	R\$ 83,60	R\$ 2.006,40
19	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento substituição do filtro de ar.	UNIDADE	24	R\$ 44,32	R\$ 1.063,68
20	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	178	R\$ 183,96	R\$ 32.744,88
21	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UNIDADE	8	R\$ 237,69	R\$ 1.901,52
22	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS- substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UNIDADE	178	R\$ 94,59	R\$ 16.837,02

23	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	48	R\$ 660,96	R\$ 31.726,08
24	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	60	R\$ 83,60	R\$ 5.016,00
25	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - fornecimento substituição do filtro de ar.	UNIDADE	60	R\$ 44,32	R\$ 2.659,20
26	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	440	R\$ 183,96	R\$ 80.942,40
27	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UNIDADE	24	R\$ 237,69	R\$ 5.704,56
28	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UNIDADE	440	R\$ 94,59	R\$ 41.619,60
29	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	122	R\$ 638,84	R\$ 77.938,48
30	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	8	R\$ 83,60	R\$ 668,80
31	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - fornecimento substituição do filtro de ar.	UNIDADE	8	R\$ 44,32	R\$ 354,56
32	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	22	R\$ 183,96	R\$ 4.047,12
33	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UNIDADE	8	R\$ 237,69	R\$ 1.901,52
34	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - substituição do suporte de fixação (mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UNIDADE	22	R\$ 94,59	R\$ 2.080,98
35	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	8	R\$ 785,54	R\$ 6.284,32
36	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	12	R\$ 83,60	R\$ 1.003,20
37	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento substituição do filtro de ar.	UNIDADE	12	R\$ 44,32	R\$ 531,84
38	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	96	R\$ 183,96	R\$ 17.660,16
39	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UNIDADE	8	R\$ 237,69	R\$ 1.901,52
40	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UNIDADE	96	R\$ 94,59	R\$ 9.080,64
41	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – desativação da botoeira (liga e desligar) da placa do evaporador.	UNIDADE	26	R\$ 10,98	R\$ 285,48
42	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	8	R\$ 1.274,52	R\$ 10.196,16
43	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	8	R\$ 126,07	R\$ 1.008,56
44	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UNIDADE	8	R\$ 102,13	R\$ 817,04
45	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	8	R\$ 194,04	R\$ 1.552,32
46	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	8	R\$ 413,53	R\$ 3.308,24
47	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	8	R\$ 126,07	R\$ 1.008,56
48	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UNIDADE	8	R\$ 102,13	R\$ 817,04
49	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	8	R\$ 194,04	R\$ 1.552,32
50	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	8	R\$ 413,53	R\$ 3.308,24
51	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	8	R\$ 126,07	R\$ 1.008,56
52	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UNIDADE	8	R\$ 102,13	R\$ 817,04
53	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	8	R\$ 194,04	R\$ 1.552,32
54	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	8	R\$ 563,89	R\$ 4.511,12
55	Manutenção corretiva em geláguia capacidade de 20 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UNIDADE	60	R\$ 130,86	R\$ 7.851,60
56	Manutenção corretiva em geláguia capacidade de 20 litros - fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	60	R\$ 122,55	R\$ 7.353,00
57	Manutenção corretiva em geláguia capacidade de 20 litros - fornecimento e substituição das torneiras.	UNIDADE	60	R\$ 25,81	R\$ 1.548,60
58	Manutenção corretiva em frezer capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UNIDADE	16	R\$ 373,87	R\$ 5.981,92

59	Manutenção preventiva em bebedouro tipo coluna com duas torneiras – limpeza física, limpeza dos filtros de água, revisão do sistema de refrigeração e elétrico.	UNIDADE	160	R\$ 82,23	R\$ 13.156,80
60	Manutenção preventiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) – limpeza física, limpeza dos filtros de água, revisão do sistema de refrigeração e elétrico.	UNIDADE	40		R\$ 5.345,20
61	Substituição de filtro para bebedouro industrial (ref. 200).	UNIDADE	40	R\$ 133,63	
62	Substituição de filtro para bebedouro industrial (ref. 230).	UNIDADE	40	R\$ 61,52	R\$ 2.460,80
				R\$ 71,41	R\$ 2.856,40
63	Manutenção preventiva em câmara frigorífica com verificação de pontos de condensação nos marcos da porta; verificar a drenagem de água no evaporador; verificação da atuação dos termostatos; limpeza do sistema, lubrificação dos moto-ventilador, medição das pressões de descarga e sucção, vistoria do sistema elétrico com medição de suas amperagens e voltagens; limpeza dos condensadores com desengraxante apropriado para o sistema.	UNIDADE	6		R\$ 2.761,56
				R\$ 460,26	
64	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna - fornecimento e substituição das torneiras de pressão.	UNIDADE	32	R\$ 84,14	R\$ 2.692,48
65	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento substituição do termostato.	UNIDADE	16	R\$ 153,19	R\$ 2.451,04
66	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento substituição do compressor.	UNIDADE	6	R\$ 294,03	R\$ 1.764,18
67	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	16	R\$ 102,53	R\$ 1.640,48
68	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento e substituição das torneiras de pressão.	UNIDADE	32	R\$ 84,14	R\$ 2.692,48
69	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento substituição do termostato.	UNIDADE	16	R\$ 153,19	R\$ 2.451,04
70	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento substituição do compressor.	UNIDADE	6	R\$ 369,54	R\$ 2.217,24
71	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento e recarga de gás.	UNIDADE	16	R\$ 102,53	R\$ 1.640,48
72	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição do motor.	UNIDADE	8	R\$ 2.536,54	R\$ 20.292,32
73	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição do compressor hermético.	UNIDADE	8	R\$ 7.671,00	R\$ 61.368,00
74	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição moto-ventilador.	UNIDADE	6	R\$ 506,67	R\$ 3.040,02
75	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de contactor.	UNIDADE	6	R\$ 128,25	R\$ 769,50
76	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de válvulas ou solenóide, de válvula de expansão.	UNIDADE	8	R\$ 300,00	R\$ 2.400,00
77	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de controlador digital de pressão alta e baixa pressão.	UNIDADE	8	R\$ 447,72	R\$ 3.581,76
78	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição da resistência dos evaporadores.	UNIDADE	6	R\$ 256,55	R\$ 1.539,30
79	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 1 UF à 4 UF.	UNIDADE	254	R\$ 19,33	R\$ 4.909,82
80	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 5 UF à 9 UF.	UNIDADE	48	R\$ 40,91	R\$ 1.963,68
81	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 10 UF à 20 UF.	UNIDADE	82	R\$ 40,91	R\$ 3.354,62
82	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 21 UF à 30 UF.	UNIDADE	84	R\$ 61,37	R\$ 5.155,08
83	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 31 UF à 50 UF.	UNIDADE	66	R\$ 109,60	R\$ 7.233,60
84	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 51 UF à 70 UF.	UNIDADE	32	R\$ 76,18	R\$ 2.437,76
85	Caixa passagem POLAR furo central.	UNIDADE	110	R\$ 24,03	R\$ 2.643,30
86	Remoção de aparelhos de ar condicionado. Desinstalação da Evaporadora e Condensadora incluindo o fornecimento do material necessário. Retirada das tubulações que ligam a Condensadora à Evaporadora. As desinstalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem assim preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos Equipamentos	UNIDADE	154	R\$ 115,19	R\$ 17.739,26
87	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UNIDADE	54	R\$ 307,58	R\$ 16.609,32
88	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UNIDADE	130	R\$ 340,00	R\$ 44.200,00
89	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UNIDADE	240	R\$ 400,00	R\$ 96.000,00
90	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UNIDADE	16	R\$ 456,97	R\$ 7.311,52
91	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UNIDADE	60	R\$ 409,85	R\$ 24.591,00
92	Instalação de fio elétrico flexível bitola 2,5 MM.	Metro	2640	R\$ 2,76	R\$ 7.286,40
93	Instalação de fio elétrico flexível bitola 4 MM.	Metro	78	R\$ 4,28	R\$ 333,84

94	Instalação de fio elétrico flexível bitola 6 MM.	Metro	26	R\$ 8,74	R\$ 227,24
95	Instalação de eletroduto condutível roscável diâmetro 1/2", confeccionado em PVC autoextinguível, incluso curvas e conexões, necessária a instalação.	Metro Linear	66	R\$ 28,56	R\$ 1.884,96
96	Instalação de eletroduto condutível roscável diâmetro 3/4", confeccionado em PVC autoextinguível, incluso curvas, joelhos e conexões necessária a instalação.	Metro Linear	66	R\$ 13,03	R\$ 859,98
97	Instalação de dreno hidráulico confeccionado em tubo de PVC soldável de 3/4", incluso curvas, joelhos e conexões necessária a instalação.	Metro	66	R\$ 6,55	R\$ 432,30
98	Instalação de disjuntor de baixa tensão 20 amp. Especificação: disjuntor baixa tensão, funcionamento magnético, modelo caixa termoplástica, número de pólos 1, operação manual, acionamento alavanca, tensão máxima operação 127/220 vca, corrente nominal 20 a, capacidade interrupção simétrica 20 ka/vca, número de fases monofásico.	UNIDADE	66	R\$ 18,89	R\$ 1.246,74
99	Instalação de disjuntor triplo c20a 5sx1. Especificação: disjuntor baixa tensão, corrente nominal 25 a, número de fases trifásico, referência sistema n, curva de disparo c.	UNIDADE	12	R\$ 92,55	R\$ 1.110,60
100	Instalação de disjuntor triplo c25a 5sx1. Especificação: disjuntor baixa tensão, corrente nominal 25 a, número de fases trifásico, referência sistema n, curva de disparo c.	UNIDADE	18	R\$ 92,55	R\$ 1.665,90
101	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 1/4", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	658	R\$ 25,53	R\$ 16.798,74
102	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 3/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	132	R\$ 33,36	R\$ 4.403,52
103	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 1/2", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	592	R\$ 40,80	R\$ 24.153,60
104	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 5/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	66	R\$ 39,05	R\$ 2.577,30
105	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 3/4", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	26	R\$ 42,14	R\$ 1.095,64
106	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 7/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	18	R\$ 65,79	R\$ 1.184,22
107	Instalação de tubo esponjoso blindado, aplicação em revestimento de tubos de cobre, necessária na instalação de aparelhos de refrigeração.	Metro	2640	R\$ 4,20	R\$ 11.088,00
108	Fornecimento de pilhas para controles (considerando a utilização dois pares de pilha por ano para cada controle de ar condicionado)	UNIDADE	6000	R\$ 8,17	R\$ 49.020,00
					<b>R\$ 1.681.528,84</b>

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a **portaria de serviços contínuos nº 1207/2026-GP/FUERN ID 41186626**.

#### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses contados da publicação do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante "referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas". No mesmo sentido é a previsão do art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 sob o código código 925543-107/2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme link <https://pncp.gov.br/app/pca/08258295000102/2026/1>, bem como no portal da instituição no link de acesso: <https://portal.uern.br/acessoainformacao/planejamento/>.

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1. A contratada deverá adotar medidas que promovam a proteção ambiental e o uso racional de recursos, observando integralmente a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Lei nº 6.938/1981 e as Resoluções do CONAMA. Com base no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* da Advocacia-Geral da União (AGU), a contratada deve promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, como filtros, óleos, lubrificantes, peças e componentes eletrônicos, de modo a evitar contaminação do solo e da água. Os gases refrigerantes, quando removidos ou substituídos, deverão ser coletados, armazenados e descartados de forma segura, conforme as normas técnicas e os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Montreal, impedindo a liberação de substâncias que agredem a camada de ozônio ou que possuam alto potencial de aquecimento global.

4.2. A empresa também deverá privilegiar a utilização de equipamentos, peças e insumos que apresentem maior eficiência energética e menor impacto ambiental, preferencialmente com selo de eficiência Procel ou equivalente. As manutenções preventivas deverão ser realizadas de forma a garantir o desempenho energético ideal dos sistemas de climatização, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica. Sempre que possível, deverá ser incentivada a substituição de equipamentos antigos por modelos mais modernos e sustentáveis, como os sistemas *inverter*, que apresentam melhor desempenho e menor consumo de energia.



4.3. No que se refere à redução de emissões, recomenda-se que a empresa utilize veículos e ferramentas com manutenção em dia e menor consumo de combustíveis fósseis, bem como organize suas rotas de atendimento de forma racional, reduzindo deslocamentos e, consequentemente, a emissão de poluentes atmosféricos. Além disso, deverão ser adotadas práticas de economia de água e de insumos, evitando desperdícios e buscando o reaproveitamento de materiais e componentes sempre que tecnicamente viável e seguro, utilizando, preferencialmente, produtos de limpeza biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental.

4.4. Essas medidas, em conformidade com as diretrizes do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU*, reforçam o compromisso da Administração Pública com a promoção do desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental nas contratações públicas.

#### Subcontratação

4.5. Vedada a subcontratação total ou da parcela principal (supervisão e execução direta dos serviços). Admitida apenas a subcontratação parcial de serviços acessórios (ex.: transporte ou fornecimento de peças).

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### Garantia da Contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.11. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: envio da Ordem de Serviço, pelo gestor do contrato, imediatamente após o encerramento do contrato vigente, de modo a garantir a continuidade dos serviços e evitar sobreposição contratual.

5.2. A contratação contemplará:

5.2.1. Manutenção preventiva periódica, com limpeza, higienização, verificação de funcionamento, troca de filtros e recarga de gás, em conformidade com a Portaria MS nº 3.523/1998, a Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA e a Lei nº 13.589/2018.

5.2.2. Manutenção corretiva, incluindo diagnóstico de falhas, reparos emergenciais, substituição de peças e demais intervenções necessárias.

5.2.3. Instalação e remoção de equipamentos, garantindo a correta execução conforme normas técnicas.

5.2.4. Fornecimento de mão de obra, peças, insumos e acessórios indispensáveis à execução dos serviços.

5.2.5. Atendimento abrangente, cobrindo aproximadamente 1.500 aparelhos de ar-condicionado, além de dezenas de bebedouros e refrigeradores distribuídos em todos os campi.

5.3. A contratada deve primar pelos seguintes requisitos no desempenho da atividade:

5.3.1. Equipes compostas por profissionais habilitados;

5.3.2. Atendimento emergencial em até 4 horas e prazo regular de até 10 dias úteis;

5.3.3. Utilização de ferramentas adequadas e em conformidade com normas técnicas;

5.3.4. Cumprimento das legislações de saúde e segurança aplicáveis (Portaria nº 3.523/1998, Resolução ANVISA RE nº 9/2003 e Lei nº 13.589/2018)

5.4. A execução do contrato envolverá a atuação coordenada de representantes da instituição contratante e da empresa contratada, cada qual com atribuições específicas, conforme segue:

5.4.1. Agentes da instituição contratante

I - Gestor(a) do Contrato: compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas à Fiscalização Técnica, Administrativa, Setorial e pelo público usuário, bem como o atesto da Nota Fiscal/Fatura de prestação dos serviços;

II - Gestor(a) Suplente do Contrato: compete substituir o(a) Gestor(a) do Contrato em suas ausências ou impedimentos;

III - Fiscal Administrativo: responsável pela gestão dos chamados e a execução dos aspectos administrativos e burocráticos do contrato e dos serviços, incluindo o acompanhamento do saldo contratual, a verificação da conformidade dos valores faturados, a abertura de processos de despesa, acréscimos, supressões, prorrogações, reajustes, repactuações, ocorrências, penalidades e rescisões, bem como a elaboração de relatórios e planilhas;

IV - Fiscal Técnico: compete realizar inspeções por amostragem nos serviços executados, elaborar relatórios técnicos e efetuar diligências específicas sempre que solicitado pela Fiscalização Administrativa, de modo a verificar a conformidade técnica da execução contratual;

V - Solicitante do serviço: compete o acompanhamento in loco da execução dos serviços, atestando a sua realização conforme a ordem de serviço aprovada.

5.5. Agentes da instituição contratada

I - Técnicos de refrigeração: devem possuir a qualificação técnica, apresentar-se devidamente uniformizados e identificados com a farda da empresa contratada, executar os serviços em conformidade com a ordem de serviço e, quando aplicável, em atendimento ao laudo emitido pela Engenharia. Em caso de divergência entre a solicitação do demandante e a ordem de serviço encaminhada pela fiscalização, deverão recusar a execução até que a inconformidade seja sanada pela Administração;

II - Supervisão da empresa contratada: compete receber os chamados e programar a execução dos serviços, alocar a equipe técnica, assegurar o cumprimento dos prazos, acompanhar a qualidade da execução e encaminhar à fiscalização administrativa toda a documentação necessária ao faturamento (ordens de serviço, relatórios, certidões e demais documentos de comprovação). Compete ainda manter canal de comunicação direto com a fiscalização para esclarecimentos, ajustes e solução de eventuais intercorrências durante a execução contratual.

5.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### 5.7. Fluxo Operacional

5.7.1. A execução seguirá um fluxo operacional estruturado, garantindo rastreabilidade, eficiência e fiscalização:

5.7.1.1. Abertura de chamado pelo Solicitante do serviço: através do sistema SOSmp, o servidor demandante registra a solicitação, especificando se o serviço é de manutenção corretiva, preventiva, instalação ou desinstalação.

5.7.1.2. Gestão dos chamados: o fiscal administrativo fará a triagem e o gerenciamento dos chamados, encaminhando-os em momento oportuno para a contratada.

5.7.1.3. Execução do serviço: ao receber o chamado, a empresa desloca equipe técnica até o local, solicita autorização para iniciar o trabalho junto ao demandante, executa o serviço e coleta a assinatura do solicitante na Ordem de Serviço (OS), confirmando a execução.

5.7.1.4. Fiscalização técnica: fiscais designados realizam vistorias por amostragem nos serviços, além de diligências específicas em serviços considerados estratégicos ou relevantes pela fiscalização administrativa.

5.7.2. Faturamento e pagamento: mensalmente, a empresa encaminhará: as Ordens de Serviço executadas;

5.7.2.1. - os orçamentos com os valores unitários;

5.7.2.2. - as certidões negativas atualizadas.

5.7.3. Esses documentos serão conferidos pela fiscalização administrativa e confrontados com os relatórios dos fiscais técnicos. Estando em conformidade, a administração autorizará a emissão da nota fiscal, que seguirá para pagamento.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú).

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: a definir.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12. A Diretoria Administrativa/PROAD e a gestão do contrato coordenará a transição, de forma que a execução só se inicie após o término da vigência do contrato em vigor.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.18. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

#### Gestor do Contrato

- 6.19. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

- 6.20. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

#### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do fiscal/gestor do contrato ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da realização do serviço, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao

gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias úteis após a solicitação pelo fiscal**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Reajuste

- 7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **28/04/2026**.
- 7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do : **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.35.1. **Justifica-se a utilização deste índice de reajuste, quando não houver índice de reajuste específico para a contratação almejada, devendo ser usado um índice geral que reflita a variação do aumento de preços de produtos e serviços (inflação). Neste sentido, e corroborando a utilização de tal índice, tem-se que o próprio Governo Federal utiliza o o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.**
- 7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de crédito**

- 7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.43. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.44. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.45. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 7.47. O crédito a ser pago a cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.47.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa:
- 8.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - 8.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.
  - 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
  - 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.



- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme análise ID 37383377.**

### Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário.**
- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. A motivação dos critérios acima levou em consideração o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, bem como a natureza dos bens e a essencialidade dos serviços a serem prestados e os riscos decorrentes da paralisação do fornecimento ou prestação dos serviços, em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais. Vislumbrou-se ainda a margem de discricionariedade da Administração em que somente pode trazer ao certame exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Inciso XXI, do Artigo 37 da CF/88), além de respeitar o princípio da competitividade, deve-se optar por dispensar parcialmente os critérios de qualificação econômica nas contratações desta natureza.

#### **Qualificação Técnica**

9.25. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.25.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.26. A contratada deverá comprovar aptidão para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de equipamentos de climatização, bebedouros e refrigeração, incluindo fornecimento de peças e insumos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação

9.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.28. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.29. Os técnicos designados deverão possuir:

9.29.1. Formação comprovada em climatização e refrigeração com treinamentos obrigatórios de segurança (NR-10 e NR-35);

9.29.2. Registro em carteira de trabalho ou certificados de capacitação técnica;

9.29.3. Experiência mínima de 2 (dois) anos na área.

9.30. Admite-se a apresentação de múltiplos atestados para comprovação do período de experiência, inclusive em regime concomitante, desde que relacionados à atividade principal ou secundária constante no contrato social da empresa.

#### **Justificativa da qualificação técnica**

9.31. As atividades de manutenção em climatizadores envolvem riscos elétricos e de acidente de trabalho. Em 28 de junho de 2013\*, um curto-circuito em climatizador provocou incêndio que atingiu duas salas da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, evidenciando o potencial de danos decorrentes de intervenções inadequadas.

9.32. Diante desses riscos, exige-se:

9.32.1. NR-10: aplicável devido às intervenções em circuitos energizados e componentes eletrificados. A norma define requisitos de capacitação e procedimentos seguros, sendo essencial para prevenir choques, incêndios e falhas técnicas.

9.32.2. NR-35: necessária porque muitas intervenções são realizadas em altura (condensadoras em fachadas, lajes e telhados). A norma estabelece critérios de capacitação, análise de risco e uso de EPIs, prevenindo quedas e responsabilizações legais.

9.32.3. Formação comprovada e experiência mínima de 2 anos: indispensável diante da complexidade dos serviços, que envolvem riscos elétricos, trabalho em altura e diagnóstico preciso de falhas. O período assegura maturidade técnica, reduz erros e está respaldado pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite exigir qualificação compatível com o objeto para garantir a execução segura e eficiente.

*\*Fonte da Notícia sobre o incêndio "https://portal.uern.br/blog/blocos-da-fanat-sao-isolados-apos-incendio-que-atingiu-duas-salas-do-departamento-de-quimica/"*

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### Documentação complementar para cooperativas

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.38.6.1. ata de fundação;

9.38.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.38.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.38.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.38.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.38.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.38.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.681.528,84 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos) conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1. acima e pesquisa de preços (ID 40949563)**.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **FUERN**.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação **id 41058280**.

<b>Unidade Gestora</b>	182021 – Fundação Universidade do Estado do RN – FUERN
<b>Subação(ões)</b>	229501 - Manutenção e funcionamento da FUERN
<b>Fonte(s)</b>	0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos 0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados 0.5.70 - Transf. do Governo Federal ref. a convênios e outros repasses vinculados a Educação 4.5.70 - Transf. do Governo Federal ref. a convênios e outros repasses vinculados a Educação (superávit financeiro) 1.5.00 - Recursos ordinários - Contrapartida de convênios 5.5.00 - Recursos ordinários - Contrapartida de convênios (superávit financeiro)
<b>Natureza(s)</b>	3.3.90.39.17 - Serviços de terceiros pessoa jurídica (Manutenção, conservação de máquinas e equipamentos)
<b>Pré-empenho</b>	2026PE000113 2026PE000537
<b>Valor</b>	R\$ 1.681.528,84 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos)

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

O presente documento foi elaborado com base no modelo de Termo de Referência - Obras e Serviços, exceto TIC - Lei nº 14.133/2021 - Atualização: SETEMBRO/2025, bem como pela minuta padronizada da SEAD/RN no que cabe à legislação estadual, e segue assinado pela servidora Elaboradora, para ser aprovado pela Autoridade Competente.

**Mossoró, data da assinatura eletrônica.**

**Vânia Meyreli Paloma Mendes dos Santos****Chefe do Setor de Planejamento da Diretoria de Licitações e Contratos**

Portaria Nº 1277/2026-GP/FUERN - TNM - Matrícula 13.145-8

**Ilânio Maurício Nunes****Setor de Planejamento da Diretoria de Licitações e Contratos**

TNS - Matrícula 13.762-6



Documento assinado eletronicamente por **Vania Meyreli Paloma Mendes dos Santos, Agente Técnico(a) Especializado(a) da Unidade**, em 07/05/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ilânio Maurício Nunes, Assistente Técnico(a) da Unidade**, em 07/05/2026, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41180946** e o código CRC **DE0E372D**.

Referência: Processo nº 04410035.003671/2025-75

SEI nº 41180946

Criado por [vaniameyreli](#), versão 17 por [vaniameyreli](#) em 07/05/2026 16:53:32.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 04410035.003671/2025-75

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN	
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES	
Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.	

1. Dados do Processo	
Órgão Responsável pela Contratação:	UERN
Objeto:	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios e insumos necessários, a serem realizados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú).
Local da entrega ou prestação do serviço:	Abrangência regional, dentro do Estado do Rio Grande do Norte e eventualmente a outros estados.
Nº do Processo:	04410035.003671/2025-75

2. Necessidade da contratação	
<p>Em razão da ampla utilização de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em todos os ambientes administrativos e acadêmicos da UERN, torna-se indispensável a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção desses equipamentos. A ausência desses serviços comprometeria diretamente o desempenho institucional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A nova contratação busca garantir a continuidade da climatização e da refrigeração, considerando que o contrato atualmente em vigor terá sua vigência encerrada, sem possibilidade de renovação.</p> <p>A Universidade não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal especializado em quantidade suficiente para executar tais atividades. Assim, faz-se necessária a disponibilização de mão de obra qualificada, com capacitação técnica para reparos, substituição de peças, recarga de gases, manutenção preventiva e atendimento a emergências. Destaca-se, ainda, que a execução desses serviços exige formação específica e observância de normas de segurança, como a NR-35 (trabalho em alturas), que reforça a necessidade de terceirização.</p> <p>A relevância desse serviço ganha ainda maior destaque quando se considera o <b>clima do Rio Grande do Norte</b>, que se divide essencialmente em duas regiões climáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Clima semiárido</b>, predominante no interior (Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros, Assú e Patu), com temperaturas médias anuais em torno de <b>27 a 28 °C</b> e máximas frequentemente ultrapassam <b>35 °C</b>, chegando em alguns casos a <b>40 °C</b>. O ar seco intensifica a sensação térmica e torna os ambientes fechados rapidamente insalubres sem climatização adequada.</li><li>• <b>Clima tropical úmido</b>, característico do litoral (Natal), com média anual de <b>26 a 27 °C</b>. Apesar de temperaturas ligeiramente mais brandas, a <b>alta umidade relativa do ar</b> eleva a sensação térmica, fazendo com que dias de <b>31–32 °C</b> sejam percebidos como muito mais quentes, ultrapassando facilmente os <b>35 °C de sensação térmica</b>.</li></ul> <p>Assim, tanto no interior quanto no litoral, a comunidade acadêmica está constantemente exposta a <b>condições de calor intenso e desconforto térmico</b>, o que requer a necessidade de ambientes climatizados para assegurar saúde, produtividade e qualidade nas atividades acadêmicas e administrativas.</p> <p>O serviço de climatização e refrigeração na UERN é, portanto, essencial, não podendo sofrer interrupções sob pena de comprometer atividades fundamentais, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de aulas em ambientes climatizados, garantindo conforto térmico e qualidade do ar para alunos e professores;</li><li>• Preservação de equipamentos laboratoriais e insumos de pesquisa que dependem de refrigeração adequada;</li><li>• Execução das atividades administrativas e acadêmicas em condições salubres;</li><li>• Atendimento às exigências legais (Lei nº 13.589/2018 e Portaria MS nº 3.523/1998), que impõem a manutenção periódica de sistemas de climatização em ambientes coletivos.</li></ul> <p><b>Cenário da UERN em números:</b></p> <p>A instituição está presente em seis cidades do Rio Grande do Norte — Mossoró (Campus Central), Assú, Pau dos Ferros, Patu, Natal e Caicó — com perspectiva de expansão futura. Atualmente, são aproximadamente <b>1.500 aparelhos de ar condicionado</b> distribuídos pelos campi, cobrindo praticamente todos os ambientes administrativos e acadêmicos.</p> <p>A UERN atende cerca de <b>11.051 estudantes de graduação</b>, além de oferecer cursos de mestrado, doutorado e residências médicas e multiprofissionais. Conta, ainda, com <b>909 docentes</b> e <b>648 técnicos administrativos</b>, totalizando uma comunidade universitária de aproximadamente <b>12.608 pessoas</b>.</p> <p>Também estão em operação dezenas de bebedouros e refrigeradores, muitos localizados em laboratórios de ensino e pesquisa, cuja manutenção é imprescindível para a conservação de materiais e insumos, bem como para a saúde da comunidade acadêmica.</p> <p>Diante desse contexto, a contratação dos serviços de climatização e refrigeração configura-se como <b>serviço de natureza continuada e essencial</b>, assegurando a regularidade das atividades administrativas e acadêmicas da UERN, além de garantir a conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis.</p>	

3. Referência ao Plano Anual de Contratações, entre outros documentos institucionais (PDI, PPA, etc)	
<p>A presente contratação encontra-se registrada no Plano de Contratações Anual da FUERN – PCA/PCAE, sob o código 925543-107/2026 (ID <a href="#">37957209</a>), atendendo à exigência da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019 e ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>No que se refere ao Plano Plurianual 2024-2027 da FUERN, a contratação alinha-se ao Objetivo Geral: Modernizar a infraestrutura física, tecnológica e de sistemas institucionais da UERN, constante do PPA 2024-2027, sendo vinculada diretamente à Entrega 692: Assegurar a execução das ações de manutenção dos serviços essenciais.</p>	



da infraestrutura predial e tecnológica por meio da contratação de empresa especializada, em conformidade com o Indicador 1068: Execução anual do pl contratações para os serviços essenciais e de manutenção predial e tecnológica da UERN.

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 – LDO/RN (Lei nº 11.890/2024), a despesa está compatível com as metas e prioridades da Administração Estadual, previstas no Anexo III da referida Lei, que contempla os programas e ações vinculados à manutenção da infraestrutura das universidades estaduais, garan continuidade dos serviços essenciais ao ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, verifica-se a plena compatibilidade da contratação com os instrumentos de planejamento e orçamento (PCA, PPA e LDO), assegurando aderência às i vigentes, bem como à Lei da Autonomia da FUERN (Lei nº 11.045/2021), que garante à Universidade a gestão financeira e patrimonial necessária para o cu manutenção de suas atividades acadêmicas e administrativas.

#### 4. Requisitos da Contratação:

##### 4.1 Qualificação Técnica

A contratada deverá comprovar aptidão para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de equipamentos de climat bebedouros e refrigeração, incluindo fornecimento de peças e insumos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurí direito público ou privado.

Os técnicos designados deverão possuir:

- Formação comprovada em climatização e refrigeração com treinamentos obrigatórios de segurança (NR-10 e NR-35);
- Registro em carteira de trabalho ou certificados de capacitação técnica;
- Experiência mínima de 2 (dois) anos na área.

Admite-se a apresentação de múltiplos atestados para comprovação do período de experiência, inclusive em regime concomitante, desde que relacionados à at principal ou secundária constante no contrato social da empresa.

##### 4.1.1 Justificativa da qualificação técnica

As atividades de manutenção em climatizadores envolvem riscos elétricos e de acidente de trabalho. Em 28 de junho de 2013\*, um curto-circuito em clima provocou incêndio que atingiu duas salas da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, evidenciando o potencial de danos decorrentes de intervenções inadequadas.

Diante desses riscos, exige-se:

- NR-10: aplicável devido às intervenções em circuitos energizados e componentes eletrificados. A norma define requisitos de capacitação e procedimentos s sendo essencial para prevenir choques, incêndios e falhas técnicas.
- NR-35: necessária porque muitas intervenções são realizadas em altura (condensadoras em fachadas, lajes e telhados). A norma estabelece critéri capacitação, análise de risco e uso de EPIs, prevenindo quedas e responsabilizações legais.
- Formação comprovada e experiência mínima de 2 anos: indispensável diante da complexidade dos serviços, que envolvem riscos elétricos, trabalho em a diagnóstico preciso de falhas. O período assegura maturidade técnica, reduz erros e está respaldado pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permiti qualificação compatível com o objeto para garantir a execução segura e eficiente.

\* Fonte da Notícia sobre o incêndio "<https://portal.uern.br/blog/blocos-da-fanat-sao-isolados-apos-incendio-que-atingiu-duas-salas-do-departamento-de-quimica/>

##### 4.2 Regime de Execução

O regime de empreitada por preço global exige previsibilidade e é adequado para contratos baseados em plano de manutenção preventiva. Como a instituição ain possui plano implantado e as demandas são majoritariamente corretivas e variáveis, o regime adequado é o de **empreitada por preço unitário**, em conformidade art. 6º, XXX, da Lei 14.133/2021.

A contratação será feita **por lote único**, garantindo controle, padronização e economia de escala.

##### 4.3 Natureza da Contratação

Os serviços são classificados como **comuns** (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021) e **contínuos** (art. 6º, XV, da mesma Lei e Portaria vigente da FUERN sobre s contínuos).

##### 4.4 Duração Inicial do Contrato

O contrato terá vigência inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogáveis sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da 14.133/2021.

A execução deverá iniciar-se imediatamente após o encerramento do contrato vigente, de modo a garantir a continuidade dos serviços e evitar sobreposição contra

##### 4.5 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar medidas que promovam a proteção ambiental e o uso racional de recursos, observando integralmente a legislação ambiental v especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Lei nº 6.938/1981 e as Resoluções do CONAMA. Com base no *Guia Nacíc Contratações Sustentáveis* da Advocacia-Geral da União (AGU), a contratada deve promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados filtros, óleos, lubrificantes, peças e componentes eletrônicos, de modo a evitar contaminação do solo e da água. Os gases refrigerantes, quando removi substituídos, deverão ser coletados, armazenados e descartados de forma segura, conforme as normas técnicas e os compromissos assumidos pelo Brasil no âm Protocolo de Montreal, impedindo a liberação de substâncias que agredem a camada de ozônio ou que possuam alto potencial de aquecimento global.

A empresa também deverá privilegiar a utilização de equipamentos, peças e insumos que apresentem maior eficiência energética e menor impacto aml preferencialmente com selo de eficiência Procel ou equivalente. As manutenções preventivas deverão ser realizadas de forma a garantir o desempenho energétic dos sistemas de climatização, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica. Sempre que possível, deverá ser incentivada a substituição de equipai antigos por modelos mais modernos e sustentáveis, como os sistemas *inverter*, que apresentam melhor desempenho e menor consumo de energia.

No que se refere à redução de emissões, recomenda-se que a empresa utilize veículos e ferramentas com manutenção em dia e menor consumo de combustíveis bem como organize suas rotas de atendimento de forma racional, reduzindo deslocamentos e, consequentemente, a emissão de poluentes atmosféricos. Além deverão ser adotadas práticas de economia de água e de insumos, evitando desperdícios e buscando o reaproveitamento de materiais e componentes semp tecnicamente viável e seguro, utilizando, preferencialmente, produtos de limpeza biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental.

Essas medidas, em conformidade com as diretrizes do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU*, reforçam o compromisso da Administração Pública promoção do desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental nas contratações públicas.

4.6 Padrões de Qualidade

A contratada deve primar pelos seguintes requisitos no desempenho da atividade:

- Equipes compostas por profissionais habilitados;
- Atendimento emergencial em até **4 horas** e prazo regular de até **10 dias úteis**;
- Utilização de ferramentas adequadas e em conformidade com normas técnicas;
- Cumprimento das legislações de saúde e segurança aplicáveis (Portaria nº 3.523/1998, Resolução ANVISA RE nº 9/2003 e Lei nº 13.589/2018).

4.7 Subcontratação

Vedada a subcontratação total ou da parcela principal (supervisão e execução direta dos serviços). Admitida apenas a subcontratação parcial de serviços acessórios transporte ou fornecimento de peças).

4.8 Transição Contratual

A Diretoria Administrativa/PROAD e a gestão do contrato coordenará a transição, de forma que a execução só se inicie após o término da vigência do contrato em v

4.9 Relevância

As condições estabelecidas neste documento e no Documento de Formalização da Demanda (DFD) são essenciais ao atingimento dos objetivos institucionais da I não podendo ser suprimidas sem risco de inviabilizar a execução contratual.

4.10 Vistoria

Retomando o tema tratado no item 4.2, será adotado **regime de empreitada por preço unitário**. Neste modelo, a vistoria geralmente não é necessária pois:

- o edital listará os tipos de serviços;
- os preços unitários serão conhecidos;
- os equipamentos serão semelhantes;
- a execução acontecerá sob demanda;

Portanto, a empresa não precisa fazer levantamento dos ambientes antes de propor preços. A vistoria só faria sentido se a instituição fosse cobrar preço global por ou pacote fechado por número de máquinas.

5. Estimativa das Quantidades, memória de cálculo e estimativa dos preços

5.1 Memória da quantidades

A tabela abaixo resulta de um estudo realizado através da análise individualizada de cada chamado técnico executado e faturado entre janeiro de 2024 e agosto d onde foi verificado o número do tombo da máquina, unidade (setor), local, tipo de serviço e descrição do serviço. Identificou-se que, neste recorte temporal, ho aumento líquido de 215 novos aparelhos integrados à rede de climatização da UERN. Este número decorre da diferença entre o número de instalações e desinst neste período.

Quantidades por local				Valores por LOCAL			
período	total	média (mês)	desvio padrão	total	média (mês)	desvio padrão	média / ch (mês)
Assú	169	8,5	6,1	R\$ 47.961,54	R\$ 2.398,08	R\$ 2.033,16	R\$ 283,80
Caicó	148	7,4	5,9	R\$ 53.161,01	R\$ 2.658,05	R\$ 1.914,97	R\$ 359,20
Mossoró	2136	106,8	39,3	R\$ 644.398,52	R\$ 32.219,93	R\$ 12.806,15	R\$ 301,68
Natal	370	18,5	29,3	R\$ 96.515,63	R\$ 4.825,78	R\$ 6.606,29	R\$ 260,85
Patu	88	4,4	5,6	R\$ 24.690,46	R\$ 1.234,52	R\$ 1.837,81	R\$ 280,57
Pau dos ferros	228	11,4	6,1	R\$ 80.282,35	R\$ 4.014,12	R\$ 2.815,15	R\$ 352,12
TOTAL	3139	157	51,7	R\$ 947.009,51	R\$ 47.350,48	R\$ 15.354,01	R\$ 301,69
Quantidades por tipos de serviços				Valores por tipos de serviços			
período	total	média (mês)	desvio padrão	total	média (mês)	desvio padrão	média / ch (mês)
Instalação	454	22,7	12,7	R\$ 348.345,53	R\$ 17.417,28	R\$ 9.981,27	R\$ 767,28
Desinstalação	239	12	8,3	R\$ 33.875,89	R\$ 1.693,79	R\$ 1.073,44	R\$ 141,74
Corretiva	1363	68,2	24,1	R\$ 326.732,18	R\$ 16.336,61	R\$ 5.096,33	R\$ 239,72
Preventiva	891	44,6	39,5	R\$ 195.634,90	R\$ 9.781,75	R\$ 8.761,92	R\$ 219,57
Bebedouro / Geladeira	185	9,3	7,3	R\$ 40.435,97	R\$ 2.021,80	R\$ 1.482,99	R\$ 218,57
Novas Instalações	215	10,8	9,9				

5.2 Estimativa de valores

No período auditável de 18 meses (janeiro de 2024 a agosto de 2025), registrou-se uma expansão líquida de 215 aparelhos de climatização. Considerando o parq de aproximadamente 1.500 unidades (conforme levantamento de agosto/2025), houve um crescimento real de 14,3% na demanda por manutenção apena: intervalo.

É fundamental ressaltar que, desde o início da vigência do contrato 005/2021 (maio de 2021), houve um aumento considerável no número de aparelhos inst porém os reajustes aplicados limitaram-se à correção inflacionária, sem considerar o aumento quantitativo do parque tecnológico sob gestão. Diante disto, a est

de valores se baseou em dois pontos:

1. **Recomposição da Capacidade Operacional:** Para adequar o contrato à realidade atual da instituição, propõe-se inicialmente um incremento de 10% no orço visando recompor a capacidade operacional. Com esse ajuste, o valor saltaria de R\$ 601.807,87 (conforme o 5º Termo Aditivo) para R\$ 661.988,65.

2. **Projeção Inflacionária e Impacto Final:** Considerando a inflação média (IPCA) de 6,36% acumulada nos últimos anos, a projeção orçamentária ajustada eleva-se | 704.091,13.

A tabela abaixo foi elaborada com o valor total baseado neste aumento, ajustando a quantidade estimada de serviços realizados à quantidade de aparelhos atua disponíveis e o valor unitário estimado de cada serviço ajustado a projeção da inflação (6,36%).

LOTE ÚNICO						
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO						
ITENS	TIPO	DESCRIÇÃO	UND	QTE 24 MESES	VALOR UN	TOTAL
1	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Assu – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	52	R\$ 51,15	R\$ 2.659,8
2	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Pau dos Ferros – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	132	R\$ 51,15	R\$ 6.751,8
3	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Patu – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	38	R\$ 51,15	R\$ 1.943,7
4	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Mossoró – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	460	R\$ 51,15	R\$ 23.529,
5	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Natal – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	104	R\$ 51,15	R\$ 5.319,6
6	MDO	Serviço em equipamento de climatização ou refrigeração em Caicó – custos gerais de mão de obra por equipamento	UND	66	R\$ 51,15	R\$ 3.375,9
7	SERV	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 9.000 BTUS ou de menor capacidade – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UND	278	R\$ 166,23	R\$ 46.211,
8	SERV	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 12.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UND	656	R\$ 166,23	R\$ 109.041,
9	SERV	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 18.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UND	1622	R\$ 153,45	R\$ 248.891,
10	SERV	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 24.000 BTUS – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UND	88	R\$ 166,23	R\$ 14.628,
11	SERV	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado tipo split capacidade de 30.000 BTUS ou de maior capacidade – Limpeza dos filtros de ar, painel frontal, manutenção do controle.	UND	358	R\$ 230,17	R\$ 82.400,
12	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e substituição do termostato.	UND	10	R\$ 15,35	R\$ 153,50
13	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento substituição do filtro de ar.	UND	10	R\$ 15,35	R\$ 153,50
14	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e recarga de gás.	UND	74	R\$ 153,45	R\$ 11.355,
15	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UND	8	R\$ 140,66	R\$ 1.125,2
16	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UND	74	R\$ 102,30	R\$ 7.570,2
17	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade – fornecimento e substituição do compressor.	UND	20	R\$ 562,63	R\$ 11.252,
18	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UND	24	R\$ 15,35	R\$ 368,40
19	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento substituição do filtro de ar.	UND	24	R\$ 15,35	R\$ 368,40
20	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UND	178	R\$ 153,45	R\$ 27.314,
21	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UND	8	R\$ 140,66	R\$ 1.125,2
22	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS- substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UND	178	R\$ 102,30	R\$ 18.209,
23	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UND	48	R\$ 626,58	R\$ 30.075,
24	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UND	60	R\$ 15,35	R\$ 921,00
25	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - fornecimento substituição do filtro de ar.	UND	60	R\$ 15,35	R\$ 921,00
26	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UND	440	R\$ 153,45	R\$ 67.518,
27	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UND	24	R\$ 140,66	R\$ 3.375,8
28	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UND	440	R\$ 102,30	R\$ 45.012,
29	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UND	122	R\$ 664,94	R\$ 81.122,
30	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e substituição do termostato.	UND	8	R\$ 15,35	R\$ 122,80
31	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - fornecimento substituição do filtro de ar.	UND	8	R\$ 15,35	R\$ 122,80

32	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e recarga de gás.	UND	22	R\$ 166,23	R\$ 3.657,0
33	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UND	8	R\$ 140,66	R\$ 1.125,2
34	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - substituição do suporte de fixação (mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UND	22	R\$ 166,23	R\$ 3.657,0
35	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS - fornecimento e substituição do compressor.	UND	8	R\$ 754,44	R\$ 6.035,5
36	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e substituição do termostato.	UND	12	R\$ 15,35	R\$ 184,20
37	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento substituição do filtro de ar.	UND	12	R\$ 15,35	R\$ 184,20
38	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e recarga de gás.	UND	96	R\$ 121,47	R\$ 11.661,
39	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e a substituição da placa eletrônica do evaporador.	UND	8	R\$ 140,66	R\$ 1.125,2
40	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – substituição do suporte de fixação(mão francesa), mais buchas e parafusos necessários do evaporador/condensador.	UND	96	R\$ 127,88	R\$ 12.276,
41	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – desativação da botoeira (liga e desligar) da placa do evaporador.	UND	26	R\$ 12,78	R\$ 332,28
42	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade – fornecimento e substituição do compressor.	UND	8	R\$ 1.233,97	R\$ 9.871,7
43	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UND	8	R\$ 102,30	R\$ 818,40
44	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UND	8	R\$ 127,88	R\$ 1.023,0
45	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e recarga de gás.	UND	8	R\$ 127,88	R\$ 1.023,0
46	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 250 a 300 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UND	8	R\$ 409,19	R\$ 3.273,5
47	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UND	8	R\$ 89,51	R\$ 716,08
48	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UND	8	R\$ 127,88	R\$ 1.023,0
49	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e recarga de gás.	UND	8	R\$ 153,45	R\$ 1.227,6
50	SERV	Manutenção corretiva em geladeira capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UND	8	R\$ 383,62	R\$ 3.068,9
51	SERV	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UND	8	R\$ 89,51	R\$ 716,08
52	SERV	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição da borracha de vedação da porta.	UND	8	R\$ 127,88	R\$ 1.023,0
53	SERV	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e recarga de gás.	UND	8	R\$ 153,45	R\$ 1.227,6
54	SERV	Manutenção corretiva em freezer capacidade de 401 a 550 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UND	8	R\$ 511,49	R\$ 4.091,9
55	SERV	Manutenção corretiva em geláqua capacidade de 20 litros - fornecimento e substituição do termostato.	UND	60	R\$ 89,51	R\$ 5.370,6
56	SERV	Manutenção corretiva em geláqua capacidade de 20 litros - fornecimento e recarga de gás.	UND	60	R\$ 127,88	R\$ 7.672,8
57	SERV	Manutenção corretiva em geláqua capacidade de 20 litros - fornecimento e substituição das torneiras.	UND	60	R\$ 76,73	R\$ 4.603,8
58	SERV	Manutenção corretiva em frezer capacidade de 301 a 400 litros - fornecimento e substituição do compressor.	UND	16	R\$ 383,62	R\$ 6.137,9
59	SERV	Manutenção preventiva em bebedouro tipo coluna com duas torneiras – limpeza física, limpeza dos filtros de água, revisão do sistema de refrigeração e elétrico.	UND	160	R\$ 76,73	R\$ 12.276,
60	SERV	Manutenção preventiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) – limpeza física, limpeza dos filtros de água, revisão do sistema de refrigeração e elétrico.	UND	40	R\$ 127,88	R\$ 5.115,2
61	SERV	Substituição de filtro para bebedouro industrial (ref. 200).	UND	40	R\$ 37,09	R\$ 1.483,6
62	SERV	Substituição de filtro para bebedouro industrial (ref. 230).	UND	40	R\$ 60,10	R\$ 2.404,0
63	SERV	Manutenção preventiva em câmara frigorífica com verificação de pontos de condensação nos marcos da porta; verificar a drenagem de água no evaporador; verificação da atuação dos termostatos; limpeza do sistema, lubrificação dos moto-ventilador, medição das pressões de descarga e sucção, vistoria do sistema elétrico com medição de suas amperagens e voltagens; limpeza dos condensadores com desengraxante apropriado para o sistema.	UND	6	R\$ 319,69	R\$ 1.918,1
64	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna - fornecimento e substituição das torneiras de pressão.	UND	32	R\$ 63,93	R\$ 2.045,7
65	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento substituição do termostato.	UND	16	R\$ 102,30	R\$ 1.636,8
66	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento substituição do compressor.	UND	6	R\$ 242,96	R\$ 1.457,7
67	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo coluna – fornecimento e recarga de gás.	UND	16	R\$ 102,30	R\$ 1.636,8
68	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento e substituição das torneiras de pressão.	UND	32	R\$ 63,93	R\$ 2.045,7

69	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento substituição do termostato.	UND	16	R\$ 76,73	R\$ 1.227,6
70	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento substituição do compressor.	UND	6	R\$ 383,62	R\$ 2.301,7
71	SERV	Manutenção corretiva em bebedouro tipo industrial (03 ou 02 torneiras) - fornecimento e recarga de gás.	UND	16	R\$ 115,08	R\$ 1.841,2
72	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição do motor.	UND	8	R\$ 1.278,72	R\$ 10.229,
73	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição do compressor hermético.	UND	8	R\$ 8.311,71	R\$ 66.493,
74	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição moto-ventilador.	UND	6	R\$ 319,69	R\$ 1.918,1
75	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de contactor.	UND	6	R\$ 115,08	R\$ 690,48
76	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de válvulas ou solenóide, de válvula de expansão.	UND	8	R\$ 383,62	R\$ 3.068,9
77	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição de controlador digital de pressão alta e baixa pressão.	UND	8	R\$ 511,49	R\$ 4.091,9
78	SERV	Manutenção corretiva de câmara frigorífica - fornecimento e substituição da resistência dos evaporadores.	UND	6	R\$ 127,88	R\$ 767,28
79	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 1 UF à 4 UF.	UND	254	R\$ 19,18	R\$ 4.871,7
80	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 5 UF à 9 UF.	UND	48	R\$ 38,36	R\$ 1.841,2
81	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 10 UF à 20 UF.	UND	82	R\$ 25,58	R\$ 2.097,5
82	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 21 UF à 30 UF.	UND	84	R\$ 63,93	R\$ 5.370,1
83	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 31 UF à 50 UF.	UND	66	R\$ 102,30	R\$ 6.751,8
84	SERV	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado de capacidades variadas – fornecimento de capacitor de 51 UF à 70 UF.	UND	32	R\$ 89,51	R\$ 2.864,3
85	SERV	Caixa passagem POLAR furo central.	UND	110	R\$ 25,58	R\$ 2.813,8
86	SERV	Remoção de aparelhos de ar condicionado. Desinstalação da Evaporadora e Condensadora incluindo o fornecimento do material necessário. Retirada das tubulações que ligam a Condensadora à Evaporadora. As desinstalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem assim preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos Equipamentos	UND	154	R\$ 63,93	R\$ 9.845,2
87	SERV	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 9000 BTUS ou de menor capacidade, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UND	54	R\$ 319,69	R\$ 17.263,
88	SERV	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 12000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UND	130	R\$ 345,26	R\$ 44.883,
89	SERV	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 18000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UND	240	R\$ 319,69	R\$ 76.725,
90	SERV	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 24000 BTUS, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UND	16	R\$ 319,69	R\$ 5.115,0
91	SERV	Instalação de aparelho de ar condicionado tipo split com capacidade de 30000 BTUS ou de maior capacidade, das unidades internas e externas (condensadora e evaporadora), com fixação das unidades na parede ou em local apropriado, e ligação em ponto elétrico.	UND	60	R\$ 447,55	R\$ 26.853,
92	SERV	Instalação de fio elétrico flexível bitola 2,5 MM.	Metro	2640	R\$ 3,95	R\$ 10.428,
93	SERV	Instalação de fio elétrico flexível bitola 4 MM.	Metro	78	R\$ 6,28	R\$ 489,84
94	SERV	Instalação de fio elétrico flexível bitola 6 MM.	Metro	26	R\$ 8,42	R\$ 218,92
95	SERV	Instalação de eletroduto condutete roscável diâmetro 1/2", confeccionado em PVC autoextinguível, incluso curvas e conexões, necessária a instalação.	Metro Linear	66	R\$ 30,08	R\$ 1.985,2
96	SERV	Instalação de eletroduto condutete roscável diâmetro 3/4", confeccionado em PVC autoextinguível, incluso curvas, joelhos e conexões necessária a instalação.	Metro Linear	66	R\$ 17,20	R\$ 1.135,2
97	SERV	Instalação de dreno hidráulico confeccionado em tubo de PVC soldável de 3/4", incluso curvas, joelhos e conexões necessária a instalação.	Metro	66	R\$ 3,31	R\$ 218,46
98	SERV	Instalação de disjuntor de baixa tensão 20 amp. Especificação: disjuntor baixa tensão, funcionamento magnético, modelo caixa termoplástica, número de pólos 1, operação manual, acionamento alavanca, tensão máxima operação 127/220 vca, corrente nominal 20 a, capacidade interrupção simétrica 20 ka/vca, número de fases monofásico.	UND	66	R\$ 15,20	R\$ 1.003,2
99	SERV	Instalação de disjuntor triplo c20a 5sx1. Especificação: disjuntor baixa tensão, corrente nominal 25 a, número de fases trifásico, referência sistema n, curva de disparo c.	UND	12	R\$ 74,55	R\$ 894,60
100	SERV	Instalação de disjuntor triplo c25a 5sx1. Especificação: disjuntor baixa tensão, corrente nominal 25 a, número de fases trifásico, referência sistema n, curva de disparo c.	UND	18	R\$ 89,94	R\$ 1.618,9
101	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 1/4", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	658	R\$ 21,63	R\$ 14.232,
102	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 3/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	132	R\$ 25,83	R\$ 3.409,5
103	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 1/2", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	592	R\$ 28,64	R\$ 16.954,



104	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 5/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	66	R\$ 42,19	R\$ 2.784,5
105	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 3/4", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	26	R\$ 34,23	R\$ 889,98
106	SERV	Instalação de tubo de cobre de espessura 1,32 MM, com diâmetro de 7/8", aplicação em instalações de aparelhos de refrigeração.	Metro	18	R\$ 51,00	R\$ 918,00
107	SERV	Instalação de tubo esponjoso blindado, aplicação em revestimento de tubos de cobre, necessária na instalação de aparelhos de refrigeração.	Metro	2640	R\$ 2,57	R\$ 6.784,8
108	SERV	Fornecimento de pilhas para controles (considerando a utilização dois pares de pilha por ano para cada controle de ar condicionado)	UND	6000	R\$ 11,00	R\$ 66.000,
<b>TOTAL GLOBAL 24 MESES</b>						<b>R\$ 1.407,9</b>

#### 6. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

A análise comparativa de soluções visa verificar as alternativas de atendimento à solicitação considerando, além do aspecto econômico, os aspectos logísticos que alcancem os objetivos da contratação.

**Objeto da contratação:** serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamer refrigeração, incluindo fornecimento de peças, insumos e mão de obra especializada.

##### Solução 1 – Contratação de empresa especializada em climatização e refrigeração

Modelo já utilizado pela UERN em contratos anteriores, em que uma única empresa é contratada para atender a todas as unidades, garantindo cobertura in padronizada.

##### Vantagens:

- Empresa com quadro técnico qualificado, incluindo profissionais treinados em NR-10 e NR-35;
- Possibilidade de escalar equipes conforme a necessidade dos campi;
- Possibilidade de substituição de técnicos em caso de afastamento, garantindo a continuidade dos serviços;
- Maior controle e padronização dos serviços prestados em toda a Universidade;
- Atendimento a chamados emergenciais em prazos reduzidos, conforme necessidade institucional.

##### Desvantagens:

- A Universidade permanece responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- Necessidade de integração do serviço com a gestão patrimonial (controle de equipamentos e tombamento).

##### Solução 2 – Contratação pontual de serviços de manutenção por demanda (sem contrato contínuo)

Consistiria em faturar individualmente cada serviço demandado (ex.: instalação em laboratório, conserto de aparelho em determinado setor), sem contrato contínuo.

##### Vantagens:

- Menor complexidade administrativa no curto prazo;
- Pagamento apenas quando houver demanda imediata.

##### Desvantagens:

- Maior custo unitário por serviço;
- Menor previsibilidade orçamentária;
- Dificuldade de padronização dos serviços;
- Risco de indisponibilidade de mão de obra especializada no momento da necessidade;
- Ausência de garantia de atendimento emergencial em prazos compatíveis.

##### Solução 3 – Execução direta pela instituição (contratação de técnicos pela UERN)

Consistiria na realização dos serviços por meio de equipe técnica contratada diretamente pela Universidade, após concurso público e aquisição de equipam insumos.

##### Vantagens:

- Equipe própria dedicada, com vínculo direto à instituição;
- Maior familiaridade dos servidores com a infraestrutura física da Universidade;
- Possibilidade de atendimento imediato em casos emergenciais, sem necessidade de acionar terceiros.

##### Desvantagens:

- Necessidade de concurso público ou contratação temporária, implicando custos trabalhistas permanentes;
- Despesas adicionais com capacitação contínua, aquisição de ferramentas, EPIs e insumos;

- Dificuldade de manter atualização técnica dos servidores frente às inovações do setor;
- Limitação na substituição de profissionais em caso de afastamentos, podendo comprometer a continuidade do serviço;
- Maior onerosidade para a Administração no médio e longo prazo, considerando encargos trabalhistas e previdenciários.

## Conclusão

Tendo em vista as soluções listadas, objetivando verificar quais opções mais usuais e menos onerosas à administração para atendimento da demanda objeto deste — qual seja: a manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de equipamentos de climatização e refrigeração em todos os campi da UERN —, conclui-se **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos (Solução 1)** é a mais adequada.

Embora a execução direta (Solução 3) pudesse garantir maior familiaridade com a infraestrutura, ela implicaria custos trabalhistas permanentes, dificuldade de atualização técnica e limitações na reposição de pessoal, o que comprometeria a eficiência administrativa. Já a contratação pontual por demanda (Solução 2), ap simplificar a gestão no curto prazo, apresenta riscos elevados de imprevisibilidade orçamentária e falta de padronização.

Assim, considerando as vantagens apresentadas, em especial a padronização dos serviços, a disponibilidade de equipes capacitadas para manutenções preventivas e emergenciais, e a necessidade de preservar a infraestrutura da Universidade, entende-se que a **Solução 1** garante maior economicidade, eficiência administrativa, mostrando-se a mais vantajosa para a instituição.

## 7. Descrição da Solução como um todo:

### 7.1 Descrição básica

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de ar-condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, abrangendo todos os campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assis). O contrato contemplará:

- Manutenção preventiva periódica, com limpeza, higienização, verificação de funcionamento, troca de filtros e recarga de gás, em conformidade com a Portaria nº 3.523/1998, a Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA e a Lei nº 13.589/2018.
- Manutenção corretiva, incluindo diagnóstico de falhas, reparos emergenciais, substituição de peças e demais intervenções necessárias.
- Instalação e remoção de equipamentos, garantindo a correta execução conforme normas técnicas.
- Fornecimento de mão de obra, peças, insumos e acessórios indispensáveis à execução dos serviços.
- Atendimento abrangente, cobrindo aproximadamente 1.500 aparelhos de ar-condicionado, além de dezenas de bebedouros e refrigeradores distribuídos em todos os campi.

### 7.2. Agentes do Contrato

A execução do contrato envolverá a atuação coordenada de representantes da instituição contratante e da empresa contratada, cada qual com atribuições específicas conforme segue:

#### 7.2.1 Agentes da instituição contratante

I – Gestor(a) do Contrato: compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas à Fiscalização Técnica, Administrativa, Setorial e pelo público usuário, como o atesto da Nota Fiscal/Fatura de prestação dos serviços;

II – Gestor(a) Suplente do Contrato: compete substituir o(a) Gestor(a) do Contrato em suas ausências ou impedimentos;

III – Fiscal Administrativo: responsável pela gestão dos chamados e a execução dos aspectos administrativos e burocráticos do contrato e dos serviços, incluindo acompanhamento do saldo contratual, a verificação da conformidade dos valores faturados, a abertura de processos de despesa, acréscimos, supressões, prorrogações, reajustes, repactuações, ocorrências, penalidades e rescisões, bem como a elaboração de relatórios e planilhas;

IV – Fiscal Técnico: compete realizar inspeções por amostragem nos serviços executados, elaborar relatórios técnicos e efetuar diligências específicas sempre solicitado pela Fiscalização Administrativa, de modo a verificar a conformidade técnica da execução contratual;

V – Solicitante do serviço: compete o acompanhamento in loco da execução dos serviços, atestando a sua realização conforme a ordem de serviço aprovada.

#### 7.2.2 Agentes da instituição contratada

I – Técnicos de refrigeração: devem possuir a qualificação técnica prevista no item 4.1 deste ETP, apresentar-se devidamente uniformizados e identificados com a empresa contratada, executar os serviços em conformidade com a ordem de serviço e, quando aplicável, em atendimento ao laudo emitido pela Engenharia. Em caso de divergência entre a solicitação do demandante e a ordem de serviço encaminhada pela fiscalização, deverão recusar a execução até que a inconformidade seja resolvida pela Administração;

II – Supervisão da empresa contratada: compete receber os chamados e programar a execução dos serviços, alocar a equipe técnica, assegurar o cumprimento dos prazos, acompanhar a qualidade da execução e encaminhar à fiscalização administrativa toda a documentação necessária ao faturamento (ordens de serviço, relatórios, etc.) e demais documentos de comprovação). Compete ainda manter canal de comunicação direto com a fiscalização para esclarecimentos, ajustes e solução de eventuais intercorrências durante a execução contratual.

### 7.3 Fluxo Operacional

A execução seguirá um fluxo operacional estruturado, garantindo rastreabilidade, eficiência e fiscalização:

1. Abertura de chamado pelo Solicitante do serviço: através do sistema SOSmp, o servidor demandante registra a solicitação, especificando se o serviço é manutenção corretiva, preventiva, instalação ou desinstalação.
2. Gestão dos chamados: o fiscal administrativo fará a triagem e o gerenciamento dos chamados, encaminhando-os em momento oportuno para a contratada.
3. Execução do serviço: ao receber o chamado, a empresa desloca equipe técnica até o local, solicita autorização para iniciar o trabalho junto ao demandante, coleta a assinatura do solicitante na Ordem de Serviço (OS), confirmando a execução.
4. Fiscalização técnica: fiscais designados realizam vistorias por amostragem nos serviços, além de diligências específicas em serviços considerados estratégicos e relevantes pela fiscalização administrativa.
5. Faturamento e pagamento: mensalmente, a empresa encaminhará:
  - as Ordens de Serviço executadas;
  - os orçamentos com os valores unitários;
  - as certidões negativas atualizadas.

Esses documentos serão conferidos pela fiscalização administrativa e confrontados com os relatórios técnicos. Estando em conformidade, a administração autorizará a emissão da nota fiscal, que seguirá para pagamento.

### 7.3.1 Dos prazos de Recebimento do objeto do contrato

Em se tratando do serviço de manutenção de climatizadores e bebedouros, o objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, quando o solicitante comprova o serviço realizado através da assinatura da ordem de serviço (item 3 do fluxo operacional). Prazo indicado: até dias úteis após a realização do serviço.
- b) definitivamente, quando o fiscal administrativo solicita, recebe, analisa e aprova os orçamentos dos serviços realizados no mês em questão (item 5 do fluxo operacional). Prazo indicado: até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação do fiscal administrativo.

### 7.4 Serviços Especiais

As instalações e desinstalações de equipamentos possuem custo unitário médio significativamente superior aos serviços de manutenção corretiva e preventiva (R\$ para instalação, frente a R\$ 239,72 para manutenção corretiva e R\$ 219,57 para manutenção preventiva, conforme tabela do item 5.1). Por envolverem complexidade e risco à estrutura, a sua execução obedecerá a regras específicas:

I – O solicitante deverá anexar ao chamado um laudo emitido pela Engenharia, especificando:

- os locais de instalação da evaporadora e da condensadora;
- o posicionamento e vedação do dreno e das tubulações;
- a adequação da instalação elétrica;
- a potência recomendada (BTU's) para o ambiente a ser climatizado.

II – A execução somente poderá ocorrer após a validação do laudo, de modo a garantir maior segurança técnica às instalações de climatizadores na instituição.

III – A contratada deverá cumprir integralmente as orientações constantes no laudo da Engenharia, sendo vedada a execução de serviços divergentes da ordem de ou da especificação técnica autorizada.

IV – A fiscalização técnica poderá realizar vistorias presenciais em serviços dessa natureza, dada sua relevância para a preservação do patrimônio da instituição, segurança da comunidade acadêmica.

### 7.5 Penalidades

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Consideram-se possíveis falhas de execução no âmbito deste contrato:

1. Atrasos injustificados no atendimento dos chamados ou solicitações em geral, especialmente em demandas emergenciais;
2. Ausência de equipe técnica qualificada ou envio de profissionais sem comprovação da capacitação exigida;
3. Não utilização de fardamento ou identificação adequada dos técnicos da empresa;
4. Execução de serviços sem observância às normas técnicas e de segurança, como NR-35 (trabalho em altura), NR-10 (instalações elétricas) e demais aplicáveis;
5. Instalações realizadas em desacordo com o laudo da Engenharia ou com a ordem de serviço aprovada;
6. Falta de higienização adequada e organização em manutenções preventivas, descumprindo a Portaria MS nº 3.523/1998, a Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA e a Lei nº 13.589/2018;
7. Não apresentação de documentos obrigatórios para o faturamento, tais como ordens de serviço, relatórios técnicos e certidões negativas;
8. Recusa em corrigir falhas detectadas pela fiscalização administrativa ou técnica;
9. Abandono ou paralisação dos serviços sem justificativa formal aceita pela Administração;
10. Cobrança de valores divergentes dos previstos no contrato ou em desacordo com a tabela de preços;
11. Danos causados ao patrimônio da UERN em razão de negligência ou imperícia na execução dos serviços;
12. Descumprimento reiterado de prazos ou ordens da fiscalização;
13. Execução de serviços sem prévia autorização da fiscalização administrativa.

As infrações acima poderão ensejar a aplicação das seguintes penalidades, conforme a gravidade do fato:

- Advertência formal, nos casos de falhas leves e não reincidentes;
- Multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, calculada sobre o valor da obrigação inadimplida;
- Multa compensatória, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, podendo incidir sobre o valor do serviço ou da parcela afetada;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com efeitos em todo o território nacional, até reabilitação, nos casos de fraude, dolo ou prejuízo à Administração;
- Cobrança de indenização por perdas e danos, quando houver prejuízos materiais à UERN.

A aplicação das penalidades seguirá o devido processo administrativo, assegurando à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa.

### 7.6 Riscos

A contratação em análise foi precedida de análise de riscos (id. [36561448](#)), de acordo com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. A análise identificou riscos potenciais em fases de planejamento, seleção do fornecedor, execução contratual e gestão ambiental, com respectivos planos de mitigação.

Entre os riscos mais relevantes destacam-se:

- **Planejamento:**
  - Ausência ou incompletude do ETP ou DFD, comprometendo a legalidade do processo;
  - Subdimensionamento da demanda real de equipamentos e serviços.
- **Seleção de Fornecedor:**
  - Pesquisa de preços insuficiente, gerando sobrepreço e baixa competitividade;
  - Edital com falhas em critérios de habilitação ou julgamento;

- Risco de baixa concorrência, resultando em licitação fracassada.
- **Execução Contratual:**
  - Baixa qualidade técnica dos serviços ou uso de peças não originais;
  - Falta de manutenção preventiva, gerando aumento de falhas corretivas e consumo de energia;
  - Problemas logísticos no atendimento aos campi do interior;
  - Riscos de saúde ocupacional, incluindo exposição a calor, trabalho em altura e manuseio de gases.
- **Ambiental e Sustentabilidade:**
  - Manuseio inadequado de gases refrigerantes (HCFCs/HFCs);
  - Descarte irregular de equipamentos e filtros, com potenciais sanções ambientais.

Segue abaixo comentários sobre alguns itens da análise de riscos.

#### 7.6.1 Subdimensionamento da demanda real de equipamentos e serviços

No contrato anterior, constatou-se que a instituição iniciou a vigência com aproximadamente 1.000 climatizadores. Entretanto, faltando apenas um ano para o término desse número já havia se elevado para cerca de 1.500 equipamentos em operação. Apesar desse crescimento significativo, as renovações contratuais restringiram reajustes inflacionários, sem considerar a efetiva expansão do parque de climatizadores e refrigeradores.

Esse cenário demonstra que a mera aplicação de índices inflacionários não é suficiente para refletir a real demanda da Universidade. O dimensionamento do contrato e seus aditivos devem contemplar, além da atualização inflacionária, um ajuste proporcional ao aumento do número de equipamentos instalados, de assegurar que os recursos contratados sejam adequados para cobrir tanto a rede atual quanto as ampliações previstas.

Dessa forma, o subdimensionamento deve ser prevenido por meio de planejamento contínuo e atualização periódica do quantitativo de equipamentos, garantindo equilíbrio financeiro, segurança jurídica e qualidade na prestação dos serviços.

Ademais, caso seja implementado um plano de manutenção preventiva, conforme descrito no subtópico seguinte, o valor total do contrato deverá ser contemplando os custos adicionais decorrentes dessa modalidade de manutenção.

#### 7.6.2 Falta de manutenção preventiva e ausência de PMOC

Atualmente, a instituição não dispõe de um **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)** para os sistemas de climatização, embora seja uma exigência estabelecida pela **Lei nº 13.589/2018** e pela **Portaria MS nº 3.523/1998**.

Diante disso, há duas alternativas a serem consideradas no novo contrato:

1. **Incluir como obrigação da empresa contratada** a elaboração do PMOC no início da vigência, com previsão de custos estimados para sua implementação; ou
2. **Contratar uma empresa independente** para a elaboração do PMOC, disciplinando a manutenção preventiva da universidade e prevendo seus custos com esse documento.

Embora a adoção inicial de um plano de manutenção preventiva represente um custo adicional, sua implementação trará ganhos relevantes:

- **Redução das manutenções corretivas emergenciais**, que tendem a ser mais onerosas;
- **Aumento da vida útil dos equipamentos**, preservando o patrimônio público;
- **Maior previsibilidade orçamentária**, permitindo planejar com antecedência os serviços e peças necessárias;
- **Melhoria na qualidade do ar e no conforto térmico**, garantindo melhores condições de trabalho para servidores e ambientes mais adequados para professores e alunos.

Portanto, a ausência de manutenção preventiva estruturada deve ser tratada como risco prioritário, demandando definição institucional sobre a responsabilidade pela elaboração e implementação do PMOC, de modo a alinhar conformidade legal, eficiência administrativa e saúde ocupacional.

#### 8. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

A regra vigente no ordenamento jurídico brasileiro, prevista no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, estabelece o **parcelamento do objeto a ser licitado**, com o intuito de ampliar a competitividade e, em tese, gerar economia ao erário. Todavia, a própria legislação admite a contratação em lote único quando demonstrado que o fracionamento pode acarretar perda de economia de escala, aumento de custos de mobilização e/ou dificuldades no gerenciamento de serviços prestados por diferentes contratadas.

No presente caso, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização em **lote único** assegura maior controle, padronização de procedimentos, cumprimento adequado de prazos e melhor acompanhamento da execução contratual, resultando em maior exequibilidade, via operacional e eficiência na prestação dos serviços.

A eventual dispersão dos serviços entre diversos fornecedores poderia ocasionar variações na qualidade, ausência de padronização nas rotinas de manutenção, dificuldade de fiscalização e riscos de falhas de comunicação entre equipes distintas, comprometendo a continuidade do serviço. Além disso, a formação de lotes com baixo quantitativo poderia desestimular a participação de fornecedores ou levar à elevação dos preços ofertados, prejudicando a viabilidade da licitação.

Fracionar a execução em múltiplos lotes implicaria, ainda, custos adicionais de mobilização em cada fração (equipamentos, ferramentas, deslocamento de equipe para supervisão técnica), o que tenderia a elevar o valor global da contratação e onerar o erário.

A execução em lote único, por sua vez, assegura **viabilidade econômica**, pois organiza o processo produtivo de forma integrada, maximiza o aproveitamento da obra e dos equipamentos, reduz desperdícios, otimiza o tempo de execução e proporciona ganhos de escala.

Diante disso, resta evidenciado que o parcelamento do objeto de climatização acarretaria custos adicionais e maiores dificuldades de gestão, comprometendo a eficiência administrativa. Assim, a contratação em lote único revela-se a solução mais vantajosa e alinhada ao interesse público.

#### 9. Demonstrativo dos Resultados Esperados:

Os resultados esperados com a contratação dos serviços de manutenção de sistemas de climatização incluem, primeiramente, a eficiência operacional. Espera-se redução de falhas nos equipamentos, o aumento da vida útil dos aparelhos de ar condicionado e a garantia de um funcionamento contínuo e regular dos ambientes climatizados da UERN.

No que diz respeito aos resultados econômicos, a contratação deverá contribuir para a redução de custos indiretos, como os relacionados a paradas inesperadas, substituições prematuras de equipamentos e perda de eficiência energética, uma vez que a manutenção preventiva e corretiva será executada de forma especializada.

conforme a necessidade identificada. Com a gestão eficiente dos serviços terceirizados de climatização, a UERN poderá otimizar seus recursos públicos, ajustar a execução conforme a demanda, sem a necessidade de manter equipes próprias de manutenção permanente.

Em termos de segurança e qualidade, a expectativa é que haja uma significativa redução de riscos elétricos, acidentes de trabalho e problemas relacionados à qualidade do ar, já que os técnicos terceirizados serão devidamente capacitados e treinados em normas de segurança, como NR-10 e NR-35, além de procedimentos de higienização. Isso contribuirá para a preservação da saúde e bem-estar da comunidade acadêmica e administrativa, que poderá usufruir de ambientes mais confortáveis e seguros.

A satisfação dos usuários será periodicamente monitorada por meio de pesquisas de avaliação e relatórios técnicos, de modo a assegurar que os serviços de climatização atendam aos padrões de qualidade e de eficiência esperados pela instituição.

#### 10. Providências a serem adotadas pela Administração:

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar providências que assegurem a plena execução do objeto e a efetiva observância aos princípios de eficiência, economicidade e transparência. Nesse sentido, faz-se necessária a definição de medidas preparatórias mínimas, especialmente no que se refere à capacitação da estrutura de acompanhamento da execução contratual. Em primeiro lugar, recomenda-se a designação formal de gestores e fiscais do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as normativas internas da FUERN, de modo a assegurar que a execução seja acompanhada por servidores devidamente investidos em responsabilidade legal. Além disso, impõe-se a capacitação técnica prévia desses agentes, com treinamentos específicos voltados à fiscalização de contratos, aspectos relacionados aos serviços prestados, conferência de insumos, análise de relatórios gerenciais, verificação de indicadores de desempenho e conformidade com normas técnicas e de segurança do trabalho.

Outro aspecto essencial é a estruturação de mecanismos de acompanhamento contínuo, com definição de fluxos internos de comunicação entre os fiscais do contrato, a Diretoria de Administração e Serviços (DAS/PROAD). Essa integração possibilitará o monitoramento tempestivo das demandas, o registro de ocorrências e a rápida tomada de decisão em situações emergenciais. Ademais, deverão ser providenciados instrumentos e sistemas adequados de controle, tais como planilhas padronizadas de fiscalização, formulários de verificação de serviços executados, relatórios mensais com registro fotográfico e acompanhamento de indicadores de desempenho (como tempo médio de atendimento, taxa de retrabalho, disponibilidade operacional e satisfação do usuário).

Também se recomenda a realização de reuniões técnicas preparatórias entre a equipe da Administração e os futuros gestores e fiscais, a fim de alinhar expectativas quanto à execução contratual, às rotinas de acompanhamento e às responsabilidades de cada agente envolvido. Tais providências são fundamentais para garantir que, uma vez celebrado o contrato, a fiscalização e a gestão sejam exercidas de forma eficaz, prevenindo falhas, mitigando riscos e assegurando que os resultados pretendidos sejam plenamente alcançados.

#### 11. Descrição de possíveis impactos ambientais:

A contratação em comento causará como possíveis impactos ambientais o aumento do consumo de energia elétrica, o descarte inadequado de resíduos sólidos (filtros, peças e componentes substituídos), a emissão de gases poluentes associados ao uso de fluidos refrigerantes, bem como o aumento de ruídos proveniente do funcionamento dos equipamentos de climatização.

A fim de minorar o potencial poluidor, deve-se observar as normas ambientais vigentes, como as diretrizes do Protocolo de Montreal e da Portaria Interministerial 100/2013, que regulamentam o uso de gases refrigerantes (HCFCs, HFCs), bem como ater-se ao que estabelece o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no que se refere à contratação de serviços de climatização e refrigeração.

No que se refere à emissão de gases poluentes, os fluidos refrigerantes utilizados em sistemas de climatização, quando manipulados de forma inadequada, podem contribuir para o efeito estufa e para a degradação da camada de ozônio.

- Mitigação: A UERN deve exigir que a CONTRATADA utilize fluidos refrigerantes com menor potencial de aquecimento global (GWP) e que realize a manutenção adequada e descarte adequado dos gases, conforme normas técnicas da ABNT (NBR 16069 e correlatas). Além disso, deve ser exigida a manutenção dos equipamentos, de modo a reduzir vazamentos e melhorar a eficiência energética dos sistemas.

Já quanto ao consumo de energia elétrica, os sistemas de climatização representam um dos maiores fatores de demanda energética em ambientes institucionais, gerando impactos indiretos na utilização de recursos naturais e no aumento de custos operacionais.

- Mitigação: Deve-se priorizar a manutenção preventiva periódica, incluindo a limpeza de filtros e serpentinas, regulação de termostatos e recarga correta do refrigerante, de modo a otimizar a eficiência energética dos equipamentos. Sempre que possível, recomenda-se a aquisição de aparelhos com selo PROCEL de eficiência energética e tecnologia inverter, que consomem menos energia. Além disso, deve-se evitar o superdimensionamento dos equipamentos, uma vez que aparelhos acima da capacidade necessária tendem a apresentar ciclos de funcionamento inadequados, maior desgaste dos componentes e aumento do consumo de energia elétrica, comprometendo a eficiência global do sistema.

Por fim, a poluição sonora também deve ser considerada, pois unidades condensadoras e equipamentos de grande porte podem gerar níveis de ruído que afetam a qualidade de vida da comunidade acadêmica e do entorno.

- Mitigação: É recomendada a instalação de equipamentos em locais adequados, com barreiras acústicas quando necessário, bem como a programação da manutenção em horários que minimizem o impacto do ruído sobre as atividades administrativas e acadêmicas.

#### 12. Contratações correlatas ou interdependentes

A contratação atenderá integralmente às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização da UERN como um todo, não havendo necessidade de adaptações e/ou contratações complementares.

#### 13. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Diante da análise detalhada do Estudo Técnico Preliminar (ETP) da presente contratação, pode-se concluir que a solução pretendida para atender à necessidade de manutenção dos sistemas de climatização da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é viável, tanto sob os aspectos técnicos quanto administrativos e financeiros, conforme exigido pelo art. 18, § 1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

##### 13.1. Justificativa Técnica e Operacional

A contratação de serviços terceirizados de manutenção preventiva e corretiva em climatização para a UERN é plenamente justificável do ponto de vista técnico e operacional, uma vez que a Universidade dispõe de um grande quantitativo de aparelhos de ar condicionado em funcionamento, distribuídos em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios e setores administrativos. Com o uso intensivo desses equipamentos, a demanda por manutenção é constante e diversificada, tornando imprescindível a atuação de técnicos especializados para garantir o pleno funcionamento dos sistemas e a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

A solução proposta permitirá à Universidade otimizar seus recursos humanos, concentrando seus servidores efetivos em atividades estratégicas, enquanto a contratação ficará responsável pela execução dos serviços especializados de climatização. Além disso, a terceirização proporciona maior flexibilidade na gestão, permitindo a contratação de equipes especializadas para atender picos de demanda.



que a empresa será responsável pela formação, capacitação, remuneração e substituição de técnicos e auxiliares conforme a demanda.

Do ponto de vista operacional, a contratação garante a qualidade na execução dos serviços, com profissionais capacitados em normas de segurança (NR-10 e técnicas de refrigeração, boas práticas ambientais e procedimentos de eficiência energética. Isso contribui para a redução de falhas, aumento da vida equipamentos, maior conforto térmico e melhoria da qualidade do ar interno, atendendo diretamente à comunidade acadêmica e administrativa.

### 13.2. Justificativa Administrativa e Legal

A viabilidade administrativa da contratação está assegurada pela necessidade de atender aos princípios da eficiência e da racionalização do uso de recursos pút terceirização dos serviços de climatização permite à UERN evitar a sobrecarga de sua estrutura interna, uma vez que a contratação direta de técnicos exigiria a cri equipe própria, com altos custos de gestão e logística, o que se mostra menos eficiente que a contratação de empresa especializada.

Do ponto de vista legal, a contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, garantindo a observã princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O procedimento licitatório será conduzido com transparência e competit assegurando isonomia entre os licitantes e a escolha da empresa que melhor atenda ao interesse público.

### 13.3. Justificativa Financeira

Do ponto de vista financeiro, a contratação dos serviços terceirizados de climatização para a UERN apresenta-se como a solução mais vantajosa, considerand universidade não precisará arcar diretamente com encargos trabalhistas, benefícios e demais custos administrativos vinculados à manutenção de uma equipe pr empresa contratada será responsável pela remuneração dos profissionais, encargos sociais, fornecimento de ferramentas e equipamentos de trabalho.

O modelo de contratação proposto proporciona maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos estarão definidos em planilhas de composição de incluindo postos de trabalho fixos e eventuais, além de serviços sob demanda, conforme especificado no edital.

Portanto, a viabilidade financeira está garantida pela otimização dos recursos públicos, já que a solução terceirizada oferece maior eficiência e menor cu comparação com a manutenção de equipe própria pela UERN.

### 13.4. Conclusão

Em face das análises técnica, administrativa e financeira, pode-se afirmar que a solução proposta para a contratação dos serviços de climatização terceirizado: UERN é plenamente viável, atendendo aos requisitos legais, operacionais e financeiros exigidos pela Lei nº 14.133/2021. A terceirização permitirá à Universida gestão mais eficiente de seus recursos, maior confiabilidade no funcionamento dos equipamentos, melhoria das condições ambientais nos espaços instituci consequentemente, maior satisfação de toda a comunidade acadêmica e administrativa.

## 14. Responsabilidade pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo conteúdos, conforme diretrizes estabelecidas pela Universidade.

**Pedro Eloy de Paiva Farias**  
Matrícula nº 12.757-4  
Diretor - Portaria Nº 3827/2025-GP/FUERN  
Diretoria de Administração e Serviços/PROAD

**Mário Sérgio Leite**  
Matrícula 08977-0  
TNM/Fiscal Administrativo (DAS - PROAD)

Mossoró-RN, datado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Eloy de Paiva Farias, Diretor(a) da Unidade**, em 23/04/2026, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Leite, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 24/04/2026, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40732825** e o código CRC **873A054B**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://portal.uern.br/

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 04410035.003671/2025-75

Unidade Gestora: **FUERN**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026-FUERN,  
QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN E  
.....

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no ..... de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 04410035.003671/2025-75 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 32.449/23 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 45/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção de aparelhos de ar condicionado, bebedouros e equipamentos de refrigeração em geral, com fornecimento de mão de obra, peças, acessórios e insumos necessários, a serem realizados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:


1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da publicação do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO

#### Condições de execução

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após o encerramento do contrato vigente, de modo a garantir a continuidade dos serviços e evitar sobreposição contratual.

3.2. A contratação contemplará:

3.2.1. Manutenção preventiva periódica, com limpeza, higienização, verificação de funcionamento, troca de filtros e recarga de gás, em conformidade com a Portaria MS nº 3.523/1998, a Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA e a Lei nº 13.589/2018.

3.2.2. Manutenção corretiva, incluindo diagnóstico de falhas, reparos emergenciais, substituição de peças e demais intervenções necessárias.

3.2.3. Instalação e remoção de equipamentos, garantindo a correta execução conforme normas técnicas.

3.2.4. Fornecimento de mão de obra, peças, insumos e acessórios indispensáveis à execução dos serviços.

3.2.5. Atendimento abrangente, cobrindo aproximadamente 1.500 aparelhos de ar-condicionado, além de dezenas de bebedouros e refrigeradores distribuídos em todos os campi.

3.3. A contratada deve primar pelos seguintes requisitos no desempenho da atividade:

3.3.1. Equipes compostas por profissionais habilitados;

3.3.2. Atendimento emergencial em até 4 horas e prazo regular de até 10 dias úteis;

3.3.3. Utilização de ferramentas adequadas e em conformidade com normas técnicas;

3.3.4. Cumprimento das legislações de saúde e segurança aplicáveis (Portaria nº 3.523/1998, Resolução ANVISA RE nº 9/2003 e Lei nº 13.589/2018)

3.4. A execução do contrato envolverá a atuação coordenada de representantes da instituição contratante e da empresa contratada, cada qual com atribuições específicas, conforme segue:

3.4.1. Agentes da instituição contratante

I - Gestor(a) do Contrato: compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas à Fiscalização Técnica, Administrativa, Setorial e pelo público usuário, bem como o atesto da Nota Fiscal/Fatura de prestação dos serviços;

II - Gestor(a) Suplente do Contrato: compete substituir o(a) Gestor(a) do Contrato em suas ausências ou impedimentos;

III - Fiscal Administrativo: responsável pela gestão dos chamados e a execução dos aspectos administrativos e burocráticos do contrato e dos serviços, incluindo o acompanhamento do saldo contratual, a verificação da conformidade dos valores faturados, a abertura de processos de despesa, acréscimos, supressões, prorrogações, reajustes, repactuações, ocorrências, penalidades e rescisões, bem como a elaboração de relatórios e planilhas;

IV - Fiscal Técnico: compete realizar inspeções por amostragem nos serviços executados, elaborar relatórios técnicos e efetuar diligências específicas sempre que solicitado pela Fiscalização Administrativa, de modo a verificar a conformidade técnica da execução contratual;

V - Solicitante do serviço: compete o acompanhamento in loco da execução dos serviços, atestando a sua realização conforme a ordem de serviço aprovada.

### 3.5. Agentes da instituição contratada

I - Técnicos de refrigeração: devem possuir a qualificação técnica, apresentar-se devidamente uniformizados e identificados com a farda da empresa contratada, executar os serviços em conformidade com a ordem de serviço e, quando aplicável, em atendimento ao laudo emitido pela Engenharia. Em caso de divergência entre a solicitação do demandante e a ordem de serviço encaminhada pela fiscalização, deverão recusar a execução até que a inconformidade seja sanada pela Administração;

II - Supervisão da empresa contratada: compete receber os chamados e programar a execução dos serviços, alocar a equipe técnica, assegurar o cumprimento dos prazos, acompanhar a qualidade da execução e encaminhar à fiscalização administrativa toda a documentação necessária ao faturamento (ordens de serviço, relatórios, certidões e demais documentos de comprovação). Compete ainda manter canal de comunicação direto com a fiscalização para esclarecimentos, ajustes e solução de eventuais intercorrências durante a execução contratual.

3.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### 3.7. Fluxo Operacional

3.7.1. A execução seguirá um fluxo operacional estruturado, garantindo rastreabilidade, eficiência e fiscalização:

3.7.1.1. Abertura de chamado pelo Solicitante do serviço: através do sistema SOSmp, o servidor demandante registra a solicitação, especificando se o serviço é de manutenção corretiva, preventiva, instalação ou desinstalação.

3.7.1.2. Gestão dos chamados: o fiscal administrativo fará a triagem e o gerenciamento dos chamados, encaminhando-os em momento oportuno para a contratada.

3.7.1.3. Execução do serviço: ao receber o chamado, a empresa desloca equipe técnica até o local, solicita autorização para iniciar o trabalho junto ao demandante, executa o serviço e coleta a assinatura do solicitante na Ordem de Serviço (OS), confirmando a execução.

3.7.1.4. Fiscalização técnica: fiscais designados realizam vistorias por amostragem nos serviços, além de diligências específicas em serviços considerados estratégicos ou relevantes pela fiscalização administrativa.

3.7.2. Faturamento e pagamento: mensalmente, a empresa encaminhará: as Ordens de Serviço executadas;

3.7.2.1. - os orçamentos com os valores unitários;

3.7.2.2. - as certidões negativas atualizadas.

3.7.3. Esses documentos serão conferidos pela fiscalização administrativa e confrontados com os relatórios dos fiscais técnicos. Estando em conformidade, a administração autorizará a emissão da nota fiscal, que seguirá para pagamento.

### Local e horário da prestação dos serviços

3.8. Os serviços serão prestados nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú).

3.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: a definir.

### Materiais a serem disponibilizados

3.10. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

### Especificação da garantia do serviço

3.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

3.12. A Diretoria Administrativa/PROAD e a gestão do contrato coordenará a transição, de forma que a execução só se inicie após o término da vigência do contrato em vigor.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

- 4.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 4.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

- 4.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

- 4.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 4.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

4.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 4.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.18. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

#### **Gestor do Contrato**

- 4.19. Cabe ao gestor do contrato:
- 4.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



- 4.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 4.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 4.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 4.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 4.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 4.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

4.20. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

### Subcontratação

- 5.1. Vedada a subcontratação total ou da parcela principal (supervisão e execução direta dos serviços). Admitida apenas a subcontratação parcial de serviços acessórios (ex.: transporte ou fornecimento de peças).
- 5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 5.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do fiscal/gestor do contrato ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até 02 (dois) dias úteis, contados da realização do serviço**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias úteis após a solicitação pelo fiscal**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**Forma de pagamento**

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.34. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.35. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.39.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

### Reajuste

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do : **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. **Justifica-se a utilização deste índice de reajuste, quando não houver índice de reajuste específico para a contratação almejada, devendo ser usado um índice geral que reflita a variação do aumento de preços de produtos e serviços (inflação). Neste sentido, e corroborando a utilização de tal índice, tem-se que o próprio Governo Federal utiliza o o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.**

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da **Procuradoria Geral do Estado** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 9.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



- 10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos campi da UERN (Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Caicó, Patu e Assú), devendo o técnico deverá se deslocar às dependências da FUERN, nas respectivas cidades.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

13.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral da FUERN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<b>Unidade Gestora</b>	182021 – Fundação Universidade do Estado do RN – FUERN
<b>Subação(ões)</b>	229501 - Manutenção e funcionamento da FUERN
<b>Fonte(s)</b>	<b>0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos</b> 0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados 0.5.70 - Transf. do Governo Federal ref. a convênios e outros repasses vinculados a Educação 4.5.70 - Transf. do Governo Federal ref. a convênios e outros repasses vinculados a Educação (superávit financeiro) 1.5.00 - Recursos ordinários - Contrapartida de convênios 5.5.00 - Recursos ordinários - Contrapartida de convênios (superávit financeiro)
<b>Natureza(s)</b>	3.3.90.39.17 - Serviços de terceiros pessoa jurídica (Manutenção, conservação de máquinas e equipamentos)
<b>Valor</b>	<b>R\$</b>

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da **Justiça Estadual, Comarca de Mossoró**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-  
2-

Modelo da AGU do Termo de Contrato para Licitações – Licitação e Contratação Direta - Serviços sem mão de obra exclusiva. Atualização: Dez/2025.

Minuta contratual elaborada conforme modelo estabelecido pela Advocacia-Geral da União Id. [38844427](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 01/04/2026, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 03/04/2026, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40430969** e o código CRC **BD54588B**.

Referência: Processo nº 04410035.003671/2025-75

SEI nº 40430969

Criado por [thayslucena](#), versão 2 por [thayslucena](#) em 01/04/2026 12:09:22.

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## MINUTA

## ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Licitações e Contratos da UERN

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Mossoró-RN

Referência: Pregão Eletrônico xxx/2025 - FUERN.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão acima citado.

Razão Social:		CNPJ:	
Representante Legal:		CPF:	
Endereço completo:			
Inscrição Estadual Nº:		Telefone	
Inscrição Municipal Nº:		E-mail:	
Banco:		Agência:	
Conta-Corrente:			

## 1. PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Total dos itens:						
Alíquota do ICMS ou ISS*:						
Valor do ICMS ou ISS*:						
Valor líquido dos itens:						

\*Aplicar apenas quando for o caso.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

2.1. A presente proposta é válida por **60 (sessenta)** dias contados da data de sua apresentação.

2.2. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

a) examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;

b) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação.



Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
nome e assinatura do representante legal  
número da carteira de identidade e/ou CPF

**Obs.:** Encaminhamento obrigatório, antes e imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 06/02/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39181121** e o código CRC **49A868EC**.

Referência: Processo nº 04410035.003671/2025-75

SEI nº 39181121

Criado por [josevictor](#), versão 2 por [josevictor](#) em 06/02/2026 17:44:10.